



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3773/2023

Data da disponibilização: Quarta-feira, 26 de Julho de 2023.

<p>Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região</p> <p>Desembargador Audaliphal Hildebrando da Silva Presidente</p> <p>Desembargador Lairto Jose Veloso Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora Joicilene Jeronimo Portela Corregedora Regional</p>	<p>Telefone(s) : (92) 3621-7200</p> <p>Email(s) : dejt@trt11.jus.br</p>
--	---

Gabinete da Presidência

Edital

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ACORDO DIRETO N.º 10/2023 ESTADO DE RORAIMA **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIAO** **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ACORDO DIRETO N.º 10/2023 ESTADO DE RORAIMA**

O Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Desembargador AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, com amparo no art.102, §1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art.76 da Resolução CNJ N.º 303/2019, art. 53 da Resolução CSJT N.º 314/2021 e na Lei n.º 1.691 de 21 de junho de 2022, TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO dos credores do ESTADO DE RORAIMA para manifestarem interesse em firmar acordo direto.

1) DOS CREDORES HABILITADOS

1.1.

São passíveis de habilitação os credores de precatórios cujo crédito não exista pendência de recurso ou de impugnação judicial.

1.2. Poderão celebrar, também, os sucessores "causa mortis" ou cessionários, desde que devidamente habilitados nos autos do respectivo processo.

1.3.

Na hipótese de haver habilitação de espólio, indispensável apresentação de autorização judicial para o inventariante transigir, nos termos do inciso II do art. 619 do CPC.

1.4. Em havendo litisconsórcio de credores no precatório, a manifestação do credor será considerada individualizada, inclusive quanto ao crédito de titularidade do advogado.

1.5. Os credores que não se habilitarem nesse certame, poderão participar de novos editais de conciliação.

2) DO PERÍODO E FORMA DE PROTOCOLIZAÇÃO

2.1.

Os pedidos deverão ser formulados por meio de seus procuradores e protocolizados, no período de **15/07 a 31/08/2023**, junto aos autos do processo judicial eletrônico que deu origem ao precatório, solicitando o seu envio ao posto avançado da Secretaria de Execução da Fazenda Pública no PJe para análise.

2.2. Caso o credor não possua advogado constituído nos autos, poderá fazer a inscrição até o **31/08/2023**, preenchendo o requerimento padrão, inclusive, com os dados bancários, disponível na página do TRT da 11ª Região (<https://portal.trt11.jus.br/index.php/inicio-precatórios>).

2.3. O requerimento deverá ser enviado por e-mail para a Secretaria de Execução da Fazenda Pública (set.precatorio@trt11.jus.br).

2.4. Os pedidos enviados fora do prazo ou apresentados em desconformidade com este edital serão indeferidos.

3) DA PROPOSTA

3.1. Os recursos financeiros disponibilizados para a realização dos acordos diretos são oriundos do saldo existente na conta especial para pagamento de acordo do Estado de Roraima, que corresponde a 50% da totalidade de recursos depositados para o pagamento de precatórios judiciais.

3.2. Os acordos diretos serão celebrados, observando a ordem cronológica, mediante os percentuais de deságio abaixo, considerando o valor do crédito atualizado, conforme o art. 2º da Lei n.º 1.691/2022:

I - 20% (vinte por cento) para os precatórios que, atualizados, tenham valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - 30% (trinta por cento) para os precatórios que, atualizados, tenham valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e III - 40% (quarenta por cento) para os precatórios que, atualizados, tenham valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil

reais).

3.3.

O pedido de habilitação, por si só, não garante à parte credora o direito de receber seu crédito, não gerando qualquer direito ao pagamento, dado se constituir em mera expectativa condicionado especialmente às regras e prazos deste edital, bem como a disponibilidade de recursos existentes na conta especial para acordo.

3.4.

O credor que não firmar acordo direto permanecerá em sua posição na lista de ordem cronológica do Estado de Roraima.

3.5.

A Secretaria de Execução da Fazenda Pública publicará a lista dos credores habilitados.

3.6.

Os créditos habilitados serão enviados para a Divisão de Contadoria Judiciária elaborar a atualização, observando o item 3.2, devendo as partes serem intimadas para manifestação no prazo comum de 10 (dez) dias.

3.7. Os credores deverão, expressamente, informar a concordância com o cálculo e ratificar o seu interesse no acordo, devendo ser apresentada procuração com expressos poderes para transigir.

3.8. Só haverá homologação do pedido de acordo, se os credores manifestarem sua anuência e ratificarem o requerimento de pedido de acordo.

3.10. Sendo frutífera a conciliação entre credor e ente devedor o prazo para depósito em conta será de 30 (trinta) dias.

3.11. No momento do pagamento, serão retidas as parcelas correspondentes à dedução tributária (IR e Previdência Oficial), quando devidas.

3.12. O pagamento do crédito será efetivado por depósito na conta do credor, ressalvado o abandono de honorários contratuais.

3.13. Após o pagamento do credor, com a retenção dos impostos e contribuições eventualmente devidos, na forma da lei, haverá o arquivamento do correspondente processo de precatório.

4) DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

4.1.

Para consumação dos acordos dos quais trata este edital, até a data de 09/06/2023, encontrava-se disponível o montante de R\$120.140,92 (cento e vinte mil, cento e quarenta reais e noventa e dois centavos), que corresponde a 50% do valor disponível na conta de acordo do ente devedor neste egrégio, cujos repasses foram realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima em 2023.

4.2. Exauridos os recursos do presente edital, os precatórios que não forem englobados pelo valor serão retirados da lista de acordo e aguardarão o seu pagamento pela ordem cronológica.

E para conferir ampla publicidade e transparência, foi expedido este edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, no Portal Institucional e veículos oficiais de comunicação.

Manaus, 26 de julho de 2023.
AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
Presidente do TRT da 11ª Região

Anexos
Anexo 1: REQUERIMENTO DE ADESÃO

Portaria

Portaria

PORTARIA 522/2023/SGP - Manaus, 25 de julho de 2023

PORTARIA 522/2023/SGP - Manaus, 25 de julho de 2023

Estabelece a escala do plantão judiciário de 31/07 a 06/08/2023.

A CORREGEDORA REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no exercício da Presidência, Desembargadora do Trabalho JOICILENE JERÔNIMO PORTELA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o inciso XII do art. 93 da CF/1988 e o teor da Resolução Administrativa 66/2018/TRT11, bem como Resolução CSJT 185/2017, alterada pela Res. CSJT 249/2019, Resolução CNJ 71/2009 e o Ato TRT 11ª Região 1/2013/SGP, alterado pelo ATO TRT 11ª Região 44/2013/SGP;

CONSIDERANDO as indicações constantes do e-SAP DP 10065/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o calendário do plantão judiciário do período de **31/07 a 06/08/2023**, que será exercido na forma discriminada no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
JOICILENE JERÔNIMO PORTELA
Corregedora Regional do TRT da 11ª Região,